

RECURSO ESPECIAL Nº 1.539.978 - MG (2015/0149982-4)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : **WANEY BORGES DA GAMA**
RECORRENTE : **WANILDA KAMINO**
RECORRENTE : **JOSE BORGES DA GAMA**
RECORRENTE : **VASCO BORGES DA GAMA**
RECORRENTE : **COMERCIAL DE FERRAGENS E MATERIAIS SOCIEDADE ANONIMA**
ADVOGADOS : **PEDRO HENRIQUE MENEZES NAVES E OUTRO(S) - DF016233**
ANTÔNIO LOPES NETO - MG029258
DANIEL FONSÊCA ROLLER E OUTRO(S) - DF017568
ALEX GUEDES DOS ANJOS E OUTRO(S) - MG094467
CLAUDIA PERIARD PRESSATO CARNEIRO - MG052402
RICARDO FERREIRA BAROUCH - MG097853
ALOYSIO FERNANDES XIMENES CARNEIRO E OUTRO(S) - MG134467
NILSON VITAL NAVES E OUTRO(S) - DF032979
REYNALDO XIMENES CARNEIRO E OUTRO(S) - MG010136N
RODRIGO REZENDE DE PÁDUA E OUTRO(S) - DF034550
RECORRENTE : **DIVA FERREIRA PEREIRA - ESPÓLIO**
REPR. POR : **ANGELA MARIA PEREIRA BARROS - INVENTARIANTE**
ADVOGADO : **LEONARDO DE GOUVÊA CASTELLÕES E OUTRO(S) - MG087704**
RECORRIDO : **OS MESMOS**

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE C/C APURAÇÃO E PAGAMENTO DE HAVERES. ALEGAÇÃO DE EQUÍVOCOS NA PERÍCIA REALIZADA EM RELAÇÃO AOS VALORES ENCONTRADOS A TÍTULO DE SALDO DE CONTA CAIXA, FUNDO DE COMÉRCIO E ESTOQUES DA SOCIEDADE. IMPOSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 7/STJ. FORMA DE PAGAMENTO DOS HAVERES. INCIDÊNCIA DOS ÓBICES PROCESSUAIS DAS SÚMULAS 283 DO STF E 7 DO STJ. RECURSO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Diva Ferreira Pereira ajuizou ação de dissolução parcial de sociedade c.c. apuração e pagamento de haveres em desfavor de Comercial de Ferragens e Materiais S.A., Waney Borges da Gama, Wanilda Kamino, José Borges da Gama e Vasco Borges da Gama.

O Juízo de primeiro grau julgou procedente o pedido para dissolver parcialmente a sociedade Comercial Ferragens e Materiais S.A., excluindo a autora do

respectivo quadro societário, e condenando a requerida ao pagamento de R\$ 1.633.249,70 (um milhão, seiscentos e trinta e três mil, duzentos e quarenta e nove reais e setenta centavos), a título de haveres da autora, acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, desde a citação, e corrigido desde a propositura da ação. Foi determinado, ainda, na referida sentença, que o valor correspondente aos haveres da autora deveria ser pago em até 48 (quarenta e oito) meses, em parcelas iguais e mensais (e-STJ, fls. 1.112-1.118).

A autora e os réus apelaram.

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais, por maioria de votos, negou provimento ao recurso da autora e deu provimento ao apelo dos réus, "apenas para que os cálculos da cota parte devida à autora sejam refeitos após a readequação dos valores inerentes ao estoque da empresa, considerando o valor de estoque em R\$ 1.467.635,48 (um milhão, quatrocentos e sessenta e sete mil, seiscentos e trinta e cinco reais e quarenta e oito centavos)" (e-STJ, fl. 1.254).

O acórdão ficou assim ementado:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - NULIDADE DE CITAÇÃO - PRELIMINAR PREJUDICADA - REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE DOS RECURSOS - PRESENÇA - REJEIÇÃO DAS PRELIMINARES - CERCEAMENTO DE DEFESA - NULIDADE DA SENTENÇA - PRELIMINARES REJEITADAS - AGRAVO RETIDO - REALIZAÇÃO DE NOVA PERÍCIA - DESNECESSIDADE - PROVIMENTO NEGADO - DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE ANÔNIMA - ELEMENTOS PRESENTES - RECONHECIMENTO - PROCEDÊNCIA DO PEDIDO - PAGAMENTO HAVERES - POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO. - Tendo o réu apresentado normalmente a sua contestação, tem-se como prejudicada a preliminar de nulidade de citação. - Presentes os requisitos de admissibilidade dos recursos, é de se rejeitar as preliminares de contrarrazões de não conhecimento dos apelos. - Ausentes quaisquer nulidades no trâmite da ação ou no julgamento, impõe-se a rejeição das preliminares de nulidade de atos ou da sentença. - O indeferimento de nova perícia não é causa de nulidade por cerceamento de defesa, se a perícia anterior realizada atendeu a contento o fim exigido pelo processo. - É possível a dissolução parcial da sociedade anônima, visando a retirada de sócio. - Sendo de grande monta a quantia devida ao sócio retirante pelos seus haveres, correta se mostra a sentença que autoriza o pagamento em parcelas mensais e com base no princípio de preservação da sociedade.

Os embargos de declaração opostos ao referido acórdão foram rejeitados.

Posteriormente, foram acolhidos os embargos infringentes opostos por Diva Ferreira Pereira para, reformando o acórdão embargado, manter integralmente a sentença proferida, em *decisum* assim resumido:

EMBARGOS INFRINGENTES. DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA. PAGAMENTO DOS HAVERES DO SÓCIO RETIRANTE. VALORES REAIS. PREVALÊNCIA DO VOTO VENCIDO. ACOLHIMENTO. Na apuração de haveres dos sócios, quando da dissolução da sociedade, deve-se levar em consideração o valor real dos bens que constituem o seu patrimônio, sob pena de enriquecimento ilícito da sociedade e dos sócios remanescentes, em detrimento dos sócios retirantes.

Daí o presente recurso especial, em que Diva Ferreira Pereira sustenta que o acórdão recorrido violou o art. 2º da Lei n. 9.800/1999, pois a apelação dos recorridos foi interposta por meio de "cópia (colorida), impressa remotamente a partir de um arquivo digitalizado e submetida a protocolo, sem que os respectivos originais fossem acostados aos autos no prazo fixado" (e-STJ, fl. 1.504).

Aduz, ainda, a violação aos arts. 1.031 e 1.089 do Código Civil, considerando que, na apuração de haveres de sócio dissidente, deve-se "assegurar que o respectivo pagamento observe, estritamente, o valor real do patrimônio à data da dissolução" (e-STJ, fl. 1.505). E, no caso dos autos, afirma que o acórdão recorrido deixou de observar essa premissa em relação ao saldo da conta caixa e ao fundo de comércio, bem como por ter excluído, na determinação do valor real dos bens do estoque, as respectivas margens de lucro.

Por fim, alega que o Tribunal de origem, ao manter o prazo dado na sentença de 48 (quarenta e oito) meses para que os réus efetuem o pagamento da dívida, acabou violando o art. 1.031, § 2º, do Código Civil, o qual determina que "a quota liquidada será paga em dinheiro, no prazo de noventa dias a partir da liquidação, salvo acordo ou estipulação contratual em contrário".

As contrarrazões foram apresentadas às fls. 1.585-1.597 (e-STJ).

Superior Tribunal de Justiça

Em razão do falecimento da recorrente Diva Ferreira Pereira, noticiado às fls. 1.634-1.637 (e-STJ), foi determinada a substituição processual pelo respectivo espólio, constando como inventariante Ângela Maria Pereira Barros (e-STJ, fl. 1.670).

Brevemente relatado, decido.

Em relação à suposta violação ao art. 2º da Lei n. 9.800/1999, o Tribunal de origem rejeitou de plano a referida preliminar, sob o fundamento de que "o recurso de apelação foi protocolizado em sua peça original, dentro do prazo legal do recurso, no dia 17.01.2013, consoante se infere da peça de fls. 1036, não havendo nos autos quaisquer apresentações de cópia reprográfica ou fax símile anterior que justificasse a aplicação da lei 9.800/1999" (e-STJ, fl. 1.246).

Ora, para infirmar essa conclusão seria necessário o reexame das provas constantes nos autos, procedimento que não se admite na via do recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula n. 7/STJ.

Quanto à apontada violação aos arts. 1.031 e 1.089 do Código Civil, o acórdão recorrido está assim fundamentado (e-STJ, fls. 1.255-1.256):

Sustenta que houve equívoco do laudo quanto ao valor reconhecido a título de saldo da conta caixa, devendo ser considerada a quantia de R\$ 301.397,52 (trezentos e um mil, trezentos e noventa e sete reais e cinquenta e dois centavos) em 14.07.2006, na forma demonstrada pelo assistente técnico.

Não assiste razão à Apelante. Os valores encontrados pelo assistente técnico, como bem salientou a Perita Oficial, não se constitui em valor real ou posição real, pois não é compatível com o saldo do balanço na mesma data. E mais, para se apurar o valor a que chegou o assistente técnico, seria necessária uma auditoria, visando a conciliação e reconstituição da movimentação financeira do caixa, como bem salientou a douta Perita, ato que não se mostra compatível com a ação presente.

Portanto, estando o trabalho pericial oficial baseado nos elementos de fato existentes na contabilidade em 14.07.2006, deve ser mantido o valor do saldo da conta caixa apresentado no laudo pericial oficial.

Insurge-se ainda a Apelante, contra o valor a que chegou a ilustre "expert" em relação ao fundo de comércio.

Sustenta que a Perita desconsiderou imediatamente antecedente ao evento, compreendido entre 01.01.2006 a 14.07.2006, bem como equivocou-se quanto ao índice de lucratividade para determinação do cálculo do 'goodwill', salientando que a aferição correta da lucratividade operacional decorre do valor da receita líquida.

Aqui também não prospera a insurgência recursal. **Deve o valor referente ao fundo de comércio ser mantido integralmente, na medida em que a resposta ao quesito oficial, especialmente por ocasião dos esclarecimentos ao quesito 3 realizados às fls. 873/878, está devidamente amparada pela metodologia utilizada pela ilustre "Expert" e amparada pela documentação carreada aos autos, donde se constata a análise do período indicado pela Apelante, bem como, se constata a forma de aferição do valor do "goodwill", não havendo apontamento pela Apelante de ilegalidade nos cálculos apresentados pela Perita.**

Insurge-se também a Apelante, quanto ao valor de estoque/margem de lucro, salientando que não poderia, sobre o valor de mercado do estoque, deduzir as despesas de sua realização e a margem de lucro.

Tal alegação, por si só, não tem o condão de modificar o resultado da perícia, já que a Apelante não apresentou, de forma concreta, o erro de fundamento utilizado pela perícia, tendo tão somente, se reportado a uma tese solitária da doutrina, o que entendo ser insuficiente para a alteração do resultado.

Como visto, da forma como solucionada a questão acerca dos valores encontrados a título de saldo de conta caixa, do fundo de comércio e em relação aos estoques, não se mostra possível a modificação do acórdão recorrido, tendo em vista a necessidade de amplo reexame do conjunto fático-probatório dos autos, especialmente no que concerne ao resultado da perícia realizada, razão pela qual não se mostra possível o conhecimento do especial nessa parte, nos termos da Súmula 7/STJ.

Por fim, no tocante à forma de pagamento dos haveres da autora/recorrente, a Corte local dispôs o seguinte (e-STJ, fl. 1.256):

(...), sustenta a Apelante que a sentença deve ser modificada quanto à determinação na forma do pagamento, salientando que esse pagamento deve ser feito em 90 (noventa) dias, nos termos do artigo 1.031, § 2º, do Código Civil e não na forma parcelada de 48 (quarenta e oito) parcelas mensais.

O dispositivo legal apontado pela Apelante tem aplicabilidade

na dissolução das sociedades simples, o que não é o caso dos autos, por se tratar de uma sociedade anônima.

Tratando-se de dissolução parcial de sociedade anônima e não prevendo a lei 6.404/76 a forma de pagamento para o sócio retirante, entendo que a sentença deve ser prestigiada, na medida em que agasalhou corretamente a aplicação do princípio de preservação da sociedade, lembrando ainda que, por se tratar de quantia alta e considerada, a exigibilidade em curto espaço de tempo poderá mesmo inviabilizar o funcionamento da empresa, como bem reconheceu a sentença primeva. Ademais, a forma parcelada do pagamento não trará qualquer prejuízo para a parte Apelante, pois as parcelas serão devidamente corrigidas e acrescidas de juros moratórios.

Da análise das razões recursais, observa-se que a recorrente não impugnou o fundamento de que o art. 1.031, § 2º, do Código Civil aplica-se apenas à sociedade simples, e não à sociedade anônima. Logo, tem incidência o óbice da Súmula 283/STF.

Ademais, para saber se a sociedade teria ou não condições de pagar o valor dos haveres no prazo de 90 (noventa) dias, como defende a recorrente, seria necessário o reexame de provas, incidindo, também nesse ponto, o óbice da Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, não conheço do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator